

GESTÃO AMBIENTAL

AUDITORIA OPERACIONAL DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS VOLTADAS PARA A SEGURANÇA HÍDRICA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO DIANTE DOS CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis às mudanças do clima por disporem de menor capacidade tecnológica e financeira para responderem às adversidades previstas para o futuro do clima no planeta. No caso da região Nordeste do Brasil, avalia-se que as mudanças climáticas podem provocar um aumento de temperatura, o prolongamento das secas, a substituição da caatinga por uma vegetação mais rala, o surgimento de desertos e a redução do volume de água armazenado no solo, com consequências danosas para a agricultura de subsistência e para os sistemas de irrigação.

O Semiárido brasileiro, que abrange dez estados e cobre quase 8% do território nacional, dispõe de importantes bacias hidrográficas (São Francisco e Parnaíba, por exemplo), mas muitos dos cursos de água são temporários. Concentrando a esmagadora maioria do Semiárido, a região Nordeste é a menos favorecida no que se refere à distribuição de recursos hídricos no País, conforme se observa na figura 1.

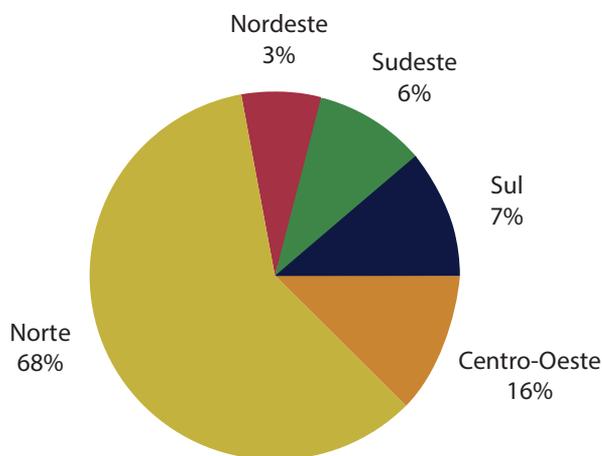


Figura 1: Distribuição dos Recursos Hídricos no Brasil
Fonte: Águas, Fatos e Tendências da ANA

Essa carência de recursos hídricos tende a se tornar maior caso persistam as práticas de desmatamento, inclusive da vegetação ciliar, de queima da matéria orgânica para fins de lavoura e pecuária, e de derrubada da

vegetação nativa para fabricação de carvão e posterior implantação de grandes áreas de monocultura de árvores destinadas à produção de celulose, caracterizada pelo uso abusivo de água potável e pelo lançamento de resíduos nos rios.

OBJETIVO

Averiguar se os governos, ao promover as políticas públicas para a segurança hídrica do Semiárido brasileiro, levam em conta os cenários desenhados para as mudanças climáticas.

Esta auditoria decorreu de compromisso assumido pelo TCU com outras treze Entidades de Fiscalização Superiores dos seguintes países: África do Sul, Austrália, Áustria, Canadá, Eslovênia, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, Grécia, Indonésia, Noruega, Polônia e Reino Unido, no âmbito de uma Auditoria Global Coordenada em Mudanças Climáticas, coordenada pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

CONSTATAÇÕES

I. Inexistência de estudos governamentais específicos sobre o grau de impacto das mudanças climáticas sobre o Semiárido brasileiro, em especial no que se refere à segurança hídrica, apesar de o Relatório de Clima elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e os modelos usados no Quarto Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC AR4) terem apontado aquela região como das mais vulneráveis.

II. Inobservância dos possíveis impactos provocados pelas mudanças climáticas quando da efetivação das políticas e ações governamentais para promoção da segurança hídrica no Semiárido, a exemplo do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e do Pro-Água Semiárido.

III. Falta de priorização, no âmbito governamental, de políticas visando o fornecimento de água de boa qualidade para o Semiárido e a estruturação socioambiental da região para atendimento das populações rurais difusas.

IV. Pouca representatividade das ações de gestão de resíduos e de tratamento de esgoto sanitário, o que poderá gerar contaminação de mananciais e prejudicar a eficácia das políticas de garantia hídrica para o Semiárido.

V. Ausência de avaliação acerca dos possíveis impactos a que estão sujeitas as políticas públicas de fornecimento de água na região, tendo em vista os cenários das mudanças climáticas (constatação realizada a partir de estudos de casos nos estados da Bahia, Ceará e Piauí).

DELIBERAÇÕES

Recomendação à Casa Civil da Presidência da República

I. Na condição de Coordenadora do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, promover a articulação político-institucional entre os diversos setores do Governo Federal encarregados de atuar nas questões relacionadas com as mudanças climáticas, em especial no que diz respeito ao Semiárido brasileiro.

Recomendações ao Ministério do Meio Ambiente (MMA)

II. Obter as condições necessárias à implementação do Sistema de Alerta Precoce de Secas (SAP).

III. Incentivar a realização de pesquisas com vistas ao desenvolvimento de cenários de mudanças climáticas para o Semiárido brasileiro.

IV. Estimular os órgãos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas de recursos hídricos a considerarem em seus planejamentos a variável mudança climática.

V. Avaliar a possibilidade de ampliar e aperfeiçoar as soluções descentralizadas, a exemplo do Projeto de Preservação e Recuperação Hidroambiental do estado do Ceará (Prodam) e do Programa Água Doce (PAD), voltadas ao abastecimento hídrico das populações difusas.

VI. Intensificar a promoção de ações para recuperação dos mananciais, recomposição de matas ciliares e proteção das nascentes dos rios do Semiárido.

Recomendações ao Ministério das Cidades e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

VII. Ampliar o auxílio técnico-operacional às prefeituras municipais com vistas a minimizar a deficiência na capacidade técnica dos municípios de elaborar e operar projetos de coleta e tratamento de esgoto e de gestão de resíduos sólidos.

VIII. Estimular a implementação de infraestrutura e serviços relacionados com as ações de saneamento básico, mediante mecanismos de cooperação entre os entes federados.

Este processo foi monitorado por meio do TC 001.988/2012-3

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 2.462/2009 – TCU – Plenário

Data da Sessão: 21/10/2009

Relator: Ministro Aroldo Cedraz

TC: 026.061/2008-6

Unidade Técnica Responsável:

SecexAgroAmbiental